

## **2º Congresso Ibero - Americano de Responsabilidade Social**

**25, 26 e 27 de Outubro de 2012**

**ISEG, Lisboa - Portugal**

**CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PARA AS  
EMPRESAS COTADAS NA EURONEXT LISBON PERTENCENTES AO PSI20**

Paula Odete Fernandes

Ana Paula Carvalho do Monte

Sandra Afonso

Rui Pimenta

## **Construção de um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para as empresas cotadas na EURONEXT *Lisbon* pertencentes ao PSI20**

AFONSO, Sandra

Mestre em Gestão das Organizações

Instituto Politécnico de Bragança

[a24528@alunos.ipb.pt](mailto:a24528@alunos.ipb.pt).

FERNANDES, Paula Odete

Doutora em Economia Aplicada e Análise Regional

Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e NECE<sup>1</sup> (UBI)

[pof@ipb.pt](mailto:pof@ipb.pt).

MONTE, Ana Paula

Doutora em Ciências Empresariais

Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e NECE<sup>1</sup> (UBI)

[apmonte@ipb.pt](mailto:apmonte@ipb.pt).

PIMENTA, Rui

Doutor em Ciências da Saúde-Bioestatística

Instituto Politécnico de Bragança (IPP)

[rep@estsp.ipp.pt](mailto:rep@estsp.ipp.pt).

### **Resumo**

Com o presente trabalho pretendeu-se construir um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para as empresas cotadas na EURONEXT Lisbon, pertencentes ao PSI-20. O estudo incidiu sobre 19 empresas portuguesas de referência para um horizonte temporal de 2005 a 2009. Para a construção do índice teve-se em consideração 247 itens que compõem as diferentes dimensões da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) sugeridos pelo Livro Verde da Comissão Europeia. Estes itens encontram-se agrupados nas seguintes categorias: Gestão Responsável; Gestão dos Recursos Humanos; Saúde e Segurança no Trabalho; Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais; Ética Empresarial; Comunidades Locais; Stakeholders; Direitos Humanos; Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais; Instrumentos de RSE. Para tal, procedeu-se a uma análise documental dos relatórios de sustentabilidade das empresas para o período em estudo. A mensuração das dez dimensões definidas para a RSE permitiu a definição e teste do Índice RSE e a categorização as empresas em cinco Níveis de RSE. Os nossos resultados permitem verificar que, no período em análise, se assistiu a uma evolução positiva na adopção e divulgação das práticas de responsabilidade social das empresas analisadas.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social Empresarial, Índice de Responsabilidade Social Empresarial, Índice PSI20.

---

<sup>1</sup> Instituição de I&D financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência de Portugal.

## 1. Introdução

Num contexto económico e financeiro marcado por assimetrias e injustiças sociais, a RSE assume relevância crescente, na medida em poderá ajudar a diminuir esses desequilíbrios, colmatando as responsabilidades das organizações por um desempenho passado focalizado unicamente na óptica do lucro, ignorando os interesses de outras partes e o impacto negativo de uma visão tão restrita. Numa sociedade cada vez mais atenta e consciente, e numa perspectiva de médio e longo prazo, a sustentabilidade das organizações poderá estar muito interligada à forma como estas assumem as suas responsabilidades não apenas no espectro económico, mas também a nível social e ambiental, tendo em conta o impacto das suas actividades.

A opinião pública de uma forma generalizada tem uma imagem negativa relativamente às “grandes empresas e aos seus líderes” (Lama & Muyzenberg, 2008, p.132), decorrente de uma actuação passada pouco meritória que tem acentuado a pressão exteriores sobre as empresas. Mas não obstante o facto de as organizações serem cada vez mais alvo de pressões crescentes, segundo Zadek (1999), a principal motivação para a viragem destas rumo à responsabilidade social prende-se com as mudanças organizacionais e de mercado impulsionadas pela globalização e pelo desenvolvimento tecnológico. A Comissão Europeia no Livro Verde (COM, 2001) também refere como um dos motivos “a transparência gerada nas actividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação” (p. 4).

Por sua vez, um número cada vez maior de investidores exige “saber se a empresa age de forma responsável em todas as vertentes das suas operações, o que torna as acções mais negociáveis” (Lama & Muyzenberg, 2008, p. 142). Os colaboradores sentem-se mais motivados quando trabalham numa empresa com boa imagem, “uma empresa que faça coisas extraordinárias no mundo” (Jeff Immel, CEO da General Electric, citado por Lama & Muyzenberg, 2008, p. 142). E estudos revelam que os consumidores preferem produtos ou marcas de empresas socialmente responsáveis (Maignan, Ferrell & Hult, 1999).

Por outro lado, as mudanças de consciência da sociedade exigem uma actuação cada vez mais responsável que vá ao encontro dos desafios que emergem. Até há pouco tempo atrás o tabaco não era considerado pernicioso para a saúde e também não eram exigidas responsabilidades às organizações que produzem alimentos que não são considerados saudáveis (Zadek, 2004). Aderir à responsabilidade social será cada vez mais importante, na medida em que “o negócio que vacila ou escolhe não entrar na arena da responsabilidade social, poderá perceber que gradualmente se irá afundar no desfavorecimento público e dos clientes” (Davis, 1973, p. 321).

No contexto europeu a Comissão Europeia tem procurado incentivar as empresas a assumirem a responsabilidade social que lhes cabe, procurando colocar a Europa na senda da excelência relativamente à RSE (COM, 2001). O primeiro grande impulso surgiu em 1993, através do apelo formulado às empresas, pelo Presidente Jacques Delors, no sentido de estas participarem na luta contra a exclusão social, do qual resultou uma grande adesão, ao qual se seguiram diversas iniciativas.

A presente investigação pretende contribuir para o estudo do contexto português e considerando as dificuldades na avaliação do desempenho das empresas relativamente à RSE, construiu-se um índice de RSE, que incluiu diferentes dimensões da Responsabilidade Social Empresarial.

Para tal, o presente trabalho de investigação após esta introdução encontra-se estruturado da seguinte forma: no ponto seguinte, numa perspectiva de enquadramento teórico do presente estudo, abordam-se sucintamente questões referentes a conceitos e abordagens inerentes à RSE, bem como mensuração da RSE e investigações precedentes. Seguidamente descreve-se a metodologia e métodos utilizados, seguindo-se a apresentação e discussão de resultados. Por fim apresentam-se as conclusões do estudo, indicando-se futuras linhas de investigação.

## **2. Enquadramento teórico**

O início da era moderna da RSE, segundo Carroll (1999), um dos autores que maior contributo deu para a análise da evolução do conceito de Responsabilidade Social Empresarial, situa-se nos anos cinquenta, nos Estados Unidos. Embora o autor refira a existência de preocupações sociais por parte das empresas muito anteriores à conceitualização escrita da RSE, é nessa altura que Howard R. Bowen publica o livro intitulado “Responsabilidades sociais do homem de negócios” (Carroll, 1999, p. 210). Bowen lança o debate sobre a RSE com a definição inicial na qual refere as “obrigações dos homens de negócios para prosseguirem políticas, tomarem decisões ou seguirem linhas de acção desejáveis em termos dos objectivos e valores da nossa sociedade” (Bowen, 1953, citado por Carroll, 1999, p.270).

Segundo Wartick & Cochran (1985), o conceito de RSE sugerido por Bowen, assenta em duas premissas base: (1) O negócio existe para servir a sociedade, e o seu comportamento deve pautar-se pelas linhas orientadoras dessa sociedade. Assim, o negócio tem um contrato social com a sociedade, que funciona como um veículo através do qual o comportamento das empresas deve estar em consonância com os objectivos da sociedade; (2) O negócio age como um agente moral da sociedade e tem o dever de conduzir o seu comportamento de forma consistente com os valores dessa sociedade.

As definições e conceitos inerentes à RSE são diversos e não existe consenso quanto a uma definição. O World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), uma organização que associa várias empresas internacionais, que partilham o compromisso do desenvolvimento sustentável, no Relatório de Responsabilidade Social, publicado em 2000, apresentou a seguinte definição: “Responsabilidade social empresarial é o compromisso do negócio em contribuir para um desenvolvimento económico sustentável, trabalhando de forma alargada, com os funcionários, com as suas famílias, com a comunidade local e com a sociedade para melhorar a sua qualidade de vida” (WBCSD, 2000, p. 10).

Na Europa, a Comissão Europeia publicou em 2001 o Livro Verde intitulado “Promover um quadro Europeu para a responsabilidade social das empresas” (COM, 2001, p. 1), no qual define a RSE como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (COM, 2001, p. 4). A Comissão Europeia apelou ao sentido de responsabilidade social das empresas no que “toca às

melhores práticas em matéria de aprendizagem ao longo da vida, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável” (COM, 2001, p. 3).

A Comissão Europeia considerou que a adopção da responsabilidade social implicaria ir mais além do que está estabelecido na lei, no entanto a RSE não deveria servir para substituir a ausência de regulamentação relativamente a questões sociais ou ambientais. Defendeu a sua aplicação de forma generalizada, não só a empresas multinacionais, mas igualmente às pequenas e médias empresas, reconhecendo o importante contributo destas em termos económicos e sociais nas comunidades em que se inserem, e a forma espontânea como adoptam práticas de responsabilidade social (COM, 2001).

Apesar dos argumentos e iniciativas a favor da RSE existem também acérrimos críticos e argumentos contra. Há quem argumente que os custos das iniciativas sociais são demasiado elevados e que estas não produzem benefícios suficientes para os compensar, o que se poderá reflectir no aumento dos preços dos produtos e serviços ou na impossibilidade de a empresa continuar a laborar (Davis, 1973). Para outros o negócio não estará preparado para corresponder às necessidades sociais, uma vez que os gestores têm uma visão meramente económica e não terão a sensibilidade e capacidades necessárias para responder adequadamente às questões sociais (Davis, 1973).

Outros argumentam ainda que a RSE se transformou numa moda, sendo difícil encontrar uma empresa multinacional que a não refira, e ao mesmo tempo transformou-se num negócio e uma nova profissão, com o aparecimento de consultores, auditores, executivos e departamentos de RSE. Mas, apesar de tanto movimento, para a generalidade das empresas a RSE não passará de um “tratamento de cosmética” (The Economist, 2005, p. 10).

Friedman (1970), um dos autores mais marcantes da abordagem neoclássica, defendeu a responsabilidade social limitada àquele que entendeu ser o único objectivo das organizações, a maximização dos lucros, sendo o principal propósito dos gestores o de conduzirem as organizações de acordo com os interesses dos proprietários. Considerou não ser legítima a utilização dos recursos dos proprietários em acções de responsabilidade social, a menos que estas se revistam de interesse económico para a organização. Segundo o autor a imposição da responsabilidade social colocaria em causa as fundações de uma sociedade e de um mercado livre. Muitos foram os autores que se opuseram a esta tese, actualmente considerada pela maior parte da literatura como fundamentalista (Rego *et al.*, 2007).

Em oposição à abordagem neoclássica, uma das teorias mais referidas na literatura, a teoria dos stakeholders, defende que as organizações têm responsabilidades relativamente a vários grupos de interesse que afectam ou pelo qual são afectadas, para além dos accionistas e investidores, devendo procurar o equilíbrio na satisfação dos interesses dos diversos stakeholders, sob pena de saírem lesadas (Rego *et al.*, 2007). As organizações actuam assim numa rede interdependente que se influencia mutuamente, devendo ponderar as suas decisões atendendo aos interesses dos diversos stakeholders.

Wood e Jones (1995) propõem a teoria dos *stakeholders* como base para entendimento do desempenho social empresarial. O desempenho social empresarial surge como um dos conceitos associados à RSE e que também tem sido alvo de diferentes interpretações. Segundo Wood

(1991), o desempenho social empresarial dá resposta à questão: “como podem fazer e fazem as organizações para contribuírem para a construção da ‘boa sociedade’?” (p. 66). Na sua perspectiva, desempenho significa o resultado de um determinado comportamento. E “melhorar o desempenho social organizacional (...) significa alterar o comportamento organizacional para produzir menos males e mais resultados benéficos para as sociedades e as suas pessoas” (p. 68).

A mensuração do desempenho social ou da RSE não é uma questão consensual e vários são os métodos adoptados, já que não existe nenhuma medida universal considerada válida para esse efeito. McGuire *et al.* (1998, citado por Balabanis, Phillips & Lyall, 1998) referem os três critérios que consideraram como os mais utilizados na mensuração da RSE: (1) avaliação de peritos; (2) análise dos relatórios anuais e outros documentos empresariais; (3) análise do desempenho do controlo da poluição. Os autores reconheceram, no entanto, limitações a qualquer um dos critérios: a avaliação dos peritos está dependente da informação que lhes é disponibilizada; a análise dos relatórios anuais e outros documentos produzidos pela própria empresa pode ser questionado na medida em que se baseia apenas no que a empresa transmite; a medida de controlo da poluição está limitada ao sector da indústria, onde a poluição é um aspecto com maior relevância.

Vários autores (e.g., Griffin & Mahon, 1997; Waddock & Graves, 1997; McWilliams & Siegel, 2000), utilizaram, para a mensuração da RSE, informação disponibilizada pela agência de rating Kinder, Lydenberg, Domini (KLD). A KLD desde Maio de 1991 que recolhe informações relativas ao desempenho social empresarial, proporcionando índices de avaliação para investidores que desejem incorporar a RSE nas suas decisões de investimento (McWilliams & Siegel, 2000). O índice desenvolvido pela KLD engloba oito dimensões: relacionamento com a comunidade; relacionamento com os funcionários; ambiente; produtos; tratamento das mulheres e minorias; contratos militares; poder nuclear; e envolvimento na África do Sul (Griffin & Mahon, 1997). Para Waddock e Graves (1997) a avaliação da KLD proporciona uma abordagem diversificada relativamente aos atributos do desempenho social e destacam a ênfase de alguns atributos no relacionamento com os *stakeholders*. Wood e Jones (1997), consideraram que o índice KLD, seria o melhor índice de mensuração disponível, apesar de lhe reconhecerem limitações.

Outro dos índices frequentemente utilizado nas investigações é o índice de reputação da Fortune (Griffin & Mahon, 1997; Stanwick & Stanwick, 1998). O índice da Fortune avalia as dez maiores empresas em cada sector de actividade, de acordo com oito atributos relacionados com a reputação (Griffin & Mahon, 1997). No entanto, para Wood e Jones (1997) o índice de reputação da Fortune é uma medida de mensuração questionável, já que avaliação se baseia nas opiniões de executivos seniores, directores e analistas financeiros, e o atributo normalmente mais valorizado é a qualidade da gestão, o que leva a que as empresas possam ter um índice de reputação elevado, e uma actuação deficiente em determinadas áreas relacionadas com o desempenho social.

Para Waddock e Graves (1997) muitas das medidas utilizadas para a mensuração do desempenho social empresarial, ou são unidimensionais (como por exemplo a divulgação social e os investimentos no controlo da poluição), e não reflectem todos os aspectos da RSE, ou são difíceis de aplicar, de uma forma consistente, à diversidade de indústrias e empresas.

No contexto português, Leite e Rebelo (2010) efectuaram um estudo com o intuito de caracterizarem as práticas de RSE em oito grandes empresas portuguesas. Utilizaram cinco critérios na escolha das empresas socialmente responsáveis: (1) certificação pela norma SA 8000; (2) os dois rankings das melhores empresas para trabalhar em Portugal, do Great Place to Work e da Heidrick & Struggles; (3) o Accountability Rating Portugal; (4) a presença no DJSGI; (5) o facto de terem sido premiadas pelo Prémio Cidadania das Empresas e das Organizações ou pelo “Top Ten” da RSE. Referem as dificuldades que encontraram na quantificação e mensuração das práticas socialmente responsáveis e alertam para a necessidade de se construírem modelos de mensuração que sirvam não só para as empresas portuguesas quantificarem os seus projectos, mas também para se poderem seleccionar as melhores práticas de acordo com a sustentabilidade e as expectativas dos *stakeholders*.

No contexto europeu, a Comissão Europeia, no Livro Verde (COM, 2001), definiu duas dimensões de actuação relativamente à RSE – interna e externa. Em cada uma destas duas dimensões abordou diferentes aspectos e respectivas práticas de responsabilidade social que as empresas poderão adoptar, e que poderão ser considerados na avaliação do desempenho social:

#### **Dimensão Interna**

- Gestão dos recursos humanos: inclui práticas sociais relativas aos trabalhadores e ao investimento no capital humano;
- Saúde e segurança no trabalho: abrange aspectos relativos à saúde e segurança no trabalho e nomeadamente iniciativas voluntárias consideradas como complementares às medidas legais de cumprimento obrigatório;
- Adaptação à mudança: são consideradas questões importantes relativas a acções de reestruturação das empresas, que muitas vezes passam pela redução de efectivos, e que poderão ter uma repercussão bastante negativa em termos económicos, sociais e políticos na comunidade em que se circunscrevem. Aborda a necessidade de as empresas actuarem de forma socialmente responsável considerando os interesses das partes afectadas pelas decisões de mudança e reestruturação;
- Gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais: são sugeridas medidas que as empresas poderão adoptar no sentido de reduzirem o impacto ambiental negativo das actividades que desenvolvem.

#### **Dimensão Externa**

- Comunidades locais: são considerados aspectos relativos à integração adequada das empresas na respectiva envolvente local, uma vez que por um lado as empresas contribuem para o desenvolvimento local e por outro dependem de uma envolvente local que seja salubre, estável e próspera, para poderem desenvolver as suas actividades;
- Parceiros comerciais, fornecedores e consumidores: aborda aspectos referentes à relação das empresas com diferentes partes interessadas, sugerindo iniciativas que poderão ser adoptadas nesse âmbito;
- Direitos humanos: são abordadas questões relativas aos direitos humanos, nomeadamente no âmbito das operações internacionais desenvolvidas pelas empresas e no relacionamento com diferentes partes interessadas;

- Preocupações ambientais globais: considerando as empresas como agentes que actuam no meio global, são sugeridas iniciativas de responsabilidade social que contribuam para um desenvolvimento sustentável global.

As empresas no relato do desempenho social, frequentemente seguem as orientações do *Global Reporting Initiative* (GRI), que estabelece as linhas de orientação para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade. O GRI conta com a colaboração de diversos especialistas e de diversos grupos de *stakeholders*, promovendo a transparência e a confiabilidade da informação prestada. Tem como visão “Uma economia global sustentável, onde as organizações gerem o seu desempenho económico, ambiental, social, de governo e os impactos, de forma responsável, e os relatam de forma transparente” (GRI, 2011).

O GRI (2011) definiu princípios que pretendem assegurar a qualidade da informação prestada, tendo como objectivo principal alcançar a transparência, contemplando a completa divulgação das informações, que permita às partes interessadas avaliar e tomar decisões de forma correcta.

Na presente investigação, tendo por base as linhas orientadoras estabelecidas pela Comissão Europeia no Livro Verde (2001) e incluindo outras perspectivas nomeadamente as orientações do GRI, introduziu-se um novo modelo de mensuração do desempenho social, no qual se definiram dez dimensões da RSE, tendo em conta a multiplicidade de aspectos que a responsabilidade social abrange, acrescentado um contributo diferente relativamente a investigações precedentes, que têm seguido uma orientação anglo-saxónica.

### **3. Metodologia e Métodos**

O presente estudo teve por objectivo a construção de um Índice de Responsabilidade Social para avaliação do desempenho social de uma população de estudo constituída por 19 empresas portuguesas cotadas na EURONEXT Lisbon, pertencentes ao PSI-20, abrangendo um período de análise de cinco anos, compreendido entre 2005 e 2009. A escolha da população de estudo deveu-se ao facto das empresas cotadas na EURONEXT Lisbon serem obrigadas, desde 2005, a relatar as suas contas de acordo com as Normas da *International Accounting Standards - International Financial Reporting Standards* (IAS-IFRS *standard*), e como tal, pressupôs-se que estariam predispostas a adoptar práticas de RSE.

A fim de dar resposta ao objectivo estabelecido, definiram-se as dimensões da RSE (ver Tabela 1), tendo por base as dimensões, interna e externa, definidas no Livro Verde (COM, 2001) e tendo em consideração as linhas de orientação do GRI, utilizadas por várias das empresas analisadas.

Utilizou-se, no entanto, uma abordagem diferente da adoptada no Livro Verde (2001), com adaptações de forma a incluir outras variáveis que se consideram igualmente relevantes para o contexto. Assim, relativamente à dimensão interna, acrescentou-se a “Gestão Responsável”, pela necessidade de se avaliarem aspectos relativos à gestão e designadamente no que se refere a objectivos e compromissos que as empresas poderão assumir relativamente à RSE. Acrescentou-se a “Ética Empresarial”, pela importância que esta assume na conduta e no comportamento responsável das organizações. Foi excluída a “Adaptação à mudança”, uma vez

que os aspectos referentes a esta temática foram incluídos na “Gestão dos Recursos Humanos”, considerando que ao nível interno será relativamente aos recursos humanos que as questões referentes à adaptação à mudança terão maior impacto e que geralmente são considerados pelo departamento de gestão de recursos humanos das empresas.

No que se refere à dimensão externa, as “Preocupações ambientais globais” foram substituídas pelas “Preocupações ambientais e filantrópicas globais”, de forma a incluir questões que não apenas as ambientais. Acrescentou-se, ainda, “Outras variáveis”, que inclui os “Instrumentos de RSE”, tendo sido considerada de forma independente, uma vez que inclui instrumentos aplicados ao nível interno e ao nível externo.

**Tabela 1.** *Dimensões da RSE.*

<b>Dimensões</b>	<b>Variáveis</b>
<b>Dimensão Interna</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão Responsável</li> <li>• Gestão dos Recursos Humanos</li> <li>• Saúde e Segurança no Trabalho</li> <li>• Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais</li> <li>• Ética Empresarial</li> </ul>
<b>Dimensão Externa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades Locais</li> <li>• <i>Stakeholders</i></li> <li>• Direitos Humanos</li> <li>• Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais</li> </ul>
<b>Outras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instrumentos de RSE</li> </ul>

Seguiu-se também uma abordagem de conteúdo diferente em alguns aspectos. Por exemplo, no Livro Verde (COM, 2001) o impacto negativo de “actividades poluentes: ruído, luz, poluição das águas, emissões aéreas, contaminação do solo e os problemas ambientais inerentes ao transporte e eliminação de resíduos” (p. 12), foram incluídos no âmbito das Comunidades Locais. No presente estudo estes aspectos foram considerados na variável Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais ou na variável Saúde e Segurança no Trabalho, uma vez que são aspectos que as empresas incluem internamente na gestão das suas actividades. Relativamente ao “recrutamento de pessoas vítimas de exclusão social” e “disponibilização de estruturas de cuidados à infância para os filhos dos trabalhadores” (COM, 2001, p. 13), considerados no Livro Verde, também no âmbito das Comunidades Locais, neste caso foram incluídos na variável Gestão dos Recursos Humanos, uma vez que fazem parte das iniciativas internas que as empresas poderão incluir na gestão dos seus recursos humanos.

Tendo por base as dimensões da RSE, estabeleceram-se duas variáveis principais da investigação (variáveis latentes) - **Índice de RSE** e **Nível de RSE**. A variável Índice de RSE,

corresponde à mensuração quantitativa em termos da actuação socialmente responsável das empresas, enquanto a variável Nível de RSE categoriza as empresas de acordo com cinco níveis, utilizando a escala de medida de *Likert*: 1 - Muito Pouco Responsáveis; 2 - Pouco Responsáveis; 3 - Responsáveis; 4 - Muito Responsáveis; 5 - Bastante Responsáveis.

Para a mensuração das variáveis que constituem cada uma das dimensões da RSE construiu-se um índice com 247 itens, abrangendo as questões que se consideraram relevantes em cada uma das variáveis. A resposta a cada item foi efectuada recorrendo à análise de conteúdo das informações constantes dos relatórios de sustentabilidade e relatórios de contas, disponíveis nas páginas oficiais das empresas em análise. A análise do conteúdo é uma metodologia frequentemente utilizada e referenciada nas investigações sobre o tema (Waddock & Graves, 1997; Balabanis *et al.*, 1998; Orlitzky, Schmidt e Rynes, 2003; Roque & Cortez, 2006; Taborda, 2006; Branco & Rodrigues, 2008; Leite e Rebelo, 2010). Esta técnica permite a análise de conteúdo de documentos escritos, através da elaboração e utilização de “modelos sistemáticos de leitura que assentam no recurso a regras explícitas de análise e interpretação dos textos” (Landry, 2003, p. 346). A utilização deste método justifica-se pela ausência de indicadores de responsabilidade social e pela simplicidade de utilização.

Definiu-se a pontuação a atribuir a cada item, de acordo com as seguintes hipóteses de respostas, conforme as informações recolhidas dos relatórios: Resposta Não aplicável = n.a.; Resposta Não = 0; Resposta Sim = 1; Resposta Parcialmente = 0.5.

A pontuação total obtida, definiu-se como variável **Índice de RSE** e constitui a mensuração quantitativa de cada empresa em termos de responsabilidade social, à qual corresponde uma categorização, que se nomeou de variável **Nível de RSE**. Para a construção da variável Nível de RSE definiram-se cinco níveis de responsabilidade, medidos numa escala de *Likert*, atribuindo-se a cada nível um determinado intervalo de pontuação (Índice de RSE).

#### **4. Apresentação e Discussão dos Resultados**

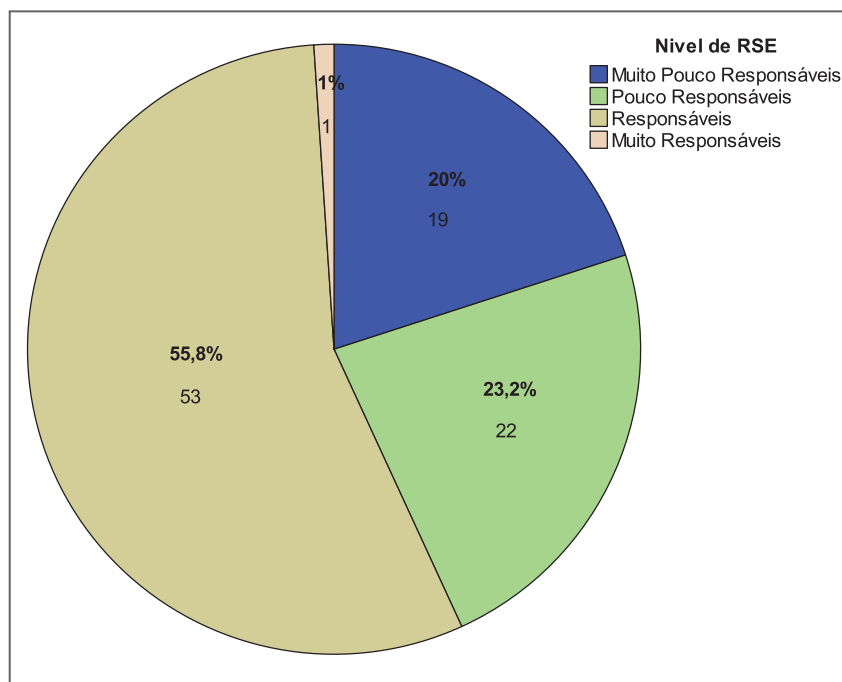
Com a presente investigação pretendeu-se construir um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para as empresas cotadas na *EURONEXT Lisbon*, analisadas num horizonte temporal de 2005 a 2009. O Índice RSE foi construído tendo por base as diferentes dimensões sugeridas pelo Livro Verde da Comissão Europeia e permitiu a avaliação do desempenho social. Dos resultados obtidos constata-se que houve um aumento crescente dos índices em cada ano, para todas as empresas, registando-se as maiores diferenças entre 2005 e 2006, o que se poderá justificar-se pelo facto das empresas terem sido obrigadas, a partir de 2005, a relatar as suas contas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, o que de certo modo contribuiu para uma maior adesão e divulgação das práticas de RSE, até porque se constata que é a partir de 2006 que a maioria das empresas em análise passa a publicar os seus Relatórios de Sustentabilidade. As quatro empresas que obtêm melhores índices durante os cinco anos são a EDP, BCP, BES e PT.

**Tabela 2.** Classificação das empresas no Índice de RSE por ano.

Ano				
2005	2006	2007	2008	2009
Empresa (Índice)	Empresa (Índice)	Empresa (Índice)	Empresa (Índice)	Empresa (Índice)
BCP (97)	EDP (120)	EDP (122)	EDP (125)	EDP (130)
EDP (95)	BES (110)	BES (117)	BES (119)	BCP (123)
PT (95)	BCP (109)	BCP (113)	PT (116)	BES (123)
BES (93)	PT (105)	BRISA (109)	BCP (115)	PT (118)
REN (83)	JM (92)	PT (107)	BRISA (112)	BRISA (117)
BRISA (81)	BRISA (91)	CIMPOR (103)	CIMPOR (106)	CIMPOR (111)
CIMPOR (81)	SONAE (90)	REN (99)	REN (104)	REN (108)
PORTUCEL (71)	ALTRI (89)	ALTRI (96)	JM (101)	ALTRI (106)
GALP (67)	REN (87)	JM (93)	ALTRI (98)	JM (103)
SONAE (55)	CIMPOR (87)	SONAE (90)	PORTUCEL (96)	SONAE (101)
SEMAPA (51)	PORTUCEL (85)	PORTUCEL (88)	SONAE (94)	PORTUCEL (97)
BPI (38)	MOTA-ENGIL (82)	MOTA-ENGIL (87)	GALP (92)	GALP (93)
SONAE COM (37)	SONAE COM (75)	GALP (80)	MOTA-ENGIL (89)	SONAE COM (93)
TD (28)	GALP (69)	SONAE COM (77)	SONAE COM (86)	MOTA-ENGIL (92)
SONAE IND (23)	SEMAPA (66)	SEMAPA (69)	SONAE IND (75)	SONAE IND (78)
ALTRI (19)	SONAE IND (61)	SONAE IND (64)	SEMAPA (73)	SEMAPA (73)
ZON (9)	BPI (39)	BPI (40)	BPI (41)	BPI (43)
JM (6)	TD (33)	TD (33)	TD (36)	ZON (39)
MOTA-ENGIL (2)	ZON (9)	ZON (26)	ZON (33)	TD (36)

Nota: JM - Jerónimo Martins; SONAE IND - Sonae Indústria; TD - Teixeira Duarte.

Relativamente à análise do Nível de RSE, este foi categorizado de acordo com a escala de *Likert* em cinco níveis: 1 - Muito Pouco Responsáveis; 2 - Pouco Responsáveis; 3 - Responsáveis; 4 - Muito Responsáveis; 5 - Bastante Responsáveis. Através do cálculo da média dos cinco anos, verifica-se (ver Figura 1), que o nível Bastante Responsáveis não foi atingido por nenhuma das empresas e que a maioria das observações (55.8%), ou seja, 53 observações, situam-se no nível de Responsáveis. As restantes observações (44.2%) distribuem-se em Pouco Responsáveis (23.2%), Muito Pouco Responsáveis (20%) e Muito Responsáveis (1%). Poderá dizer-se que na generalidade as empresas em análise denotaram sensibilidade para uma actuação responsável e para a sua divulgação.



**Figura 1.** Categorização do Nível de RSE no período de 2005 a 2009.

Em suma, pode concluir-se que se assistiu a uma evolução positiva na adopção e divulgação da RSE, mesmo relativamente às empresas com níveis de desempenho mais baixos, não se podendo afirmar que não denotam sensibilidade relativamente à responsabilidade social. Mas a forma como divulgam as informações fica muito aquém das empresas mais bem posicionadas. Estas investem numa divulgação mais específica e detalhada, nomeadamente em dar cumprimento às directrizes do GRI, procurando acompanhar e melhorar o seu desempenho social e a forma como o reportam, definindo objectivos específicos, avaliando e quantificando os impactos da sua actuação e demonstrando uma maior sensibilidade na comunicação com os diversos *stakeholders* assim como em responder às suas exigências.

Considerando-se que a mensuração da RSE, no presente estudo, foi efectuada através da análise das informações que as empresas divulgam nos seus relatórios, os resultados obtidos de alguma forma retratam, não apenas a forma como as empresas estão a aderir à responsabilidade social, mas também o empenho que demonstram em divulgar o desempenho socialmente responsável. Ainda, a atribuição do nível de Muito Pouco Responsáveis não significará, por si só, que na prática a empresa não actue de forma socialmente responsável, mas que provavelmente não demonstra sensibilização ou predisposição para a divulgar, e para de certa forma assumir um compromisso de avaliar e melhorar o seu desempenho social, o que terá o seu impacto na forma como os diferentes *stakeholders* avaliam a empresa. Igualmente, a categorização de Muito Responsáveis não significará, por si só, que a empresa efectivamente estará nesse nível de responsabilidade, mas pelo menos esforça-se por o demonstrar e divulgar o que eventualmente, a médio e longo prazo, contribuirá para um melhor desempenho social e para um enraizamento da RSE na cultura empresarial.

## 5. Conclusões

A presente investigação teve como objectivo principal a construção de um Índice de Responsabilidade Social Empresarial para as empresas cotadas na EURONEXT Lisbon, pertencentes ao PSI-20. O estudo incidiu sobre 19 empresas portuguesas de referência para um horizonte temporal de 2005 a 2009. Para a análise e mensuração da RSE construiu-se um índice que incluiu dez dimensões e que teve como principal referência o Livro Verde. Definiram-se três grupos de variáveis: (1) Variáveis de Dimensão Interna – Gestão Responsável; Gestão dos Recursos Humanos; Saúde e Segurança no Trabalho; Gestão do Impacto Ambiental e dos Recursos Naturais; e Ética Empresarial; (2) Variáveis de Dimensão Externa – Comunidades Locais; *Stakeholders*; Direitos Humanos; e Preocupações Ambientais e Filantrópicas Globais; (3) Outras variáveis – Instrumentos de RSE.

A mensuração das dez dimensões definidas para a RSE permitiu a definição do Índice RSE e a categorização de acordo com cinco Níveis de RSE. Os resultados obtidos permitam verificar que se assistiu a uma evolução positiva na adopção e divulgação das práticas de responsabilidade social das empresas em análise, que se torna mais evidente após 2005, com um aumento crescente dos índices em cada ano, para todas as empresas.

Na generalidade pode afirmar-se que as empresas portuguesas analisadas denotaram uma sensibilidade crescente na adesão e divulgação das suas práticas de responsabilidade social, investindo numa divulgação mais específica e detalhada, e nomeadamente em dar cumprimento às directrizes do *Global Report Initiative*.

Este trabalho apresenta o desenvolvimento e teste, em contexto nacional, de um novo modelo de medida da RSE que constitui um ponto de partida para a construção de um índice europeu de avaliação da RSE, de acordo com as dimensões definidas pela Comissão Europeia. . Em trabalhos futuros, analisaremos o impacto de uma abordagem alternativa na classificação dos itens em função da metodologia de *cut points* e alargaremos a aplicação do índice a nível internacional com especial ênfase para o contexto europeu.

Estamos conscientes que a construção de índices e rankings será sempre alvo de críticas e objecções devido à multiplicidade de abordagens e ferramentas de análise possíveis. Contudo, a possibilidade de os tornar instrumentos de acesso público leva a que devam ser debatidos e tidos em consideração. A pontuação obtida no índice RSE deverá ser abordada pela empresa preferencialmente numa perspectiva de melhoria contínua, independentemente das ferramentas de análise alternativas. Mais importante do que analisar o posicionamento absoluto da empresa em termos de RSE é o facto de o índice permitir iniciar uma reflexão e alterar práticas no sentido de obter um melhor posicionamento em futuras edições.

## Referências

- Balabanis, G., Phillips, H., & Lyall, J. (1998). Corporate social responsibility and economic performance in the top British companies: are they linked?. *European Business Review*, 98 (1), 25-44.
- Branco, M. & Rodrigues, L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83, 685-701.
- Carroll, A. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. Consultado a 16 de Julho de 2011, de <http://www.cbe.wwu.edu/dunn/rprnts.pyramidofcsr.pdf>.
- Carroll, A. (1999). Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business Horizons*, 38(3), 268-295.
- Commission of the European Community. (2001). Livro Verde - Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. COM 366. Bruxelas. Consultado a 15 Outubro, 2010, de [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001\\_0366pt01.pdf](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2001/com2001_0366pt01.pdf).
- Davis. K. (1973). The case for and Against Business Assumption of Social Responsibilities. *Academy of Management Journal*, 16(2), 312-322.
- Friedman, M. (1970). The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. The New York Time Magazine. Consultado a 16 de Julho de 2011, de <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>.
- Global Reporting Initiative. (2011). Consultado a 15 de Julho de 2011, em <http://www.globalreporting.org/>.
- Griffin, J., & Mahon., J. (1997). The corporate social performance and corporate financial performance debate. *Business and Society*, 36(1), 5-31.
- Lama, D., & Muyzenberg, L. (2008). O caminho para a liderança (Trad. S. Oliveira). Alfragide: Publicações Dom Quixote. (Original publicado em 2008).
- Landry, R. (2003). A análise do conteúdo In Gauthier, B. Investigação social: Da problemática à colheita de dados (3.ª ed.). (Trad. N. Salgueiro e M. Gameiro). Loures: Lusociência.
- Leite, C., & Rebelo, T. (2010). Explorando, caracterizando e promovendo a responsabilidade social das empresas em Portugal. *Actas do VIII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Universidade do Minho, Portugal. Consultado a 8 de Outubro de 2011, de [http://actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiTrab\\_15.pdf](http://actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiTrab_15.pdf).
- Maignan, I., Ferrell, O. & Hult, G., (1999). Corporate Citizenship: Cultural antecedents and Business Benefits. *Journal of The Academy of Marketing Science*, 27(4), 455-469.
- McWilliams, A., & Siegel, D. (2000). Corporate social responsibility and financial performance: correlation or misspecification. *Strategic Management Journal*, 21, 603-609.
- Orlitzky, M., Schmidt, F., & Rynes, S. (2003). Corporate social and financial performance: A meta-analysis. *Organization Studies*, 24(3), 403-441.

- Rego, A., Cunha, M, Costa, N., Gonçalves, H. & Cabral-Cardoso, C. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: teoria e prática* (2ª ed.). Lisboa: Editora RH.
- Roque, V. & Cortez, M.C. (2006). A divulgação da informação ambiental e a performance financeira das empresas cotadas em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos*, III(5/6), 119-143.
- Stanwick, P., & Stanwick, S. (1998). The relationship between corporate social performance, and organizational size, financial performance and environmental performance: An empirical examination. *Journal of Business Ethics*, 17, 195-204.
- Taborda, D. (2007). A relação entre a performance social e a performance económico-financeira. *Revista Portuguesa e Brasileira de gestão*.
- The Economist. (2005). The good company. Consultado a 17 de Julho de 2011, de <http://www.economist.com/node/3555212>.
- Waddock, S., & Graves, S. (1997). The corporate social performance - Financial performance link. *Strategic Management Journal*, 18(4), 303-319.
- Wartick, S. & Cochran, P. (1985). The evolution of the corporate social performance model. *Academy of Management Review*, 10(4), 758-769.
- Wood, D., & Jones, R. (1995). Stakeholders Mismatching: A Theoretical problem in empirical research on corporate social performance. *The International Journal of Organizational Analysis*, 3(3), 229-267.
- World Business Council for Sustainable Development [WBCSD]. (2000). Corporate Social Responsibility: making good business sense. Consultado a 27 de Julho, 2011, de <http://www.wbcsd.org/DocRoot/IunSPdIKvmYH5HjbN4XC/csr2000.pdf>.
- Zadek, S. (1999). Stalking Sustainability. Consultado a 31 de Julho, 2011 de [http://www.zadek.net/wp-content/uploads/2011/04/Zadek\\_Stalking-Sustainability\\_1999.pdf](http://www.zadek.net/wp-content/uploads/2011/04/Zadek_Stalking-Sustainability_1999.pdf).
- Zadek, S. (2004). The Path to Corporate Responsibility. *Harvard Business Review*, 82(12), 125-32.